



Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional.

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE OCUPAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**BRUNA DE OLIVEIRA DA SILVA ANTUNES GOMES¹
LUANA ATANAZIO DE MORAES²**

Resumo: O Movimento Estudantil de Ocupação avançou no Estado do Rio de Janeiro em 2016. Ao longo do processo, as reivindicações dos estudantes foram incorporando outros aspectos, demandas específicas de cada comunidade escolar e da Política Estadual de Educação, articuladas a questões mais gerais, dos cenários estadual e nacional. É nesse contexto que o assistente social é chamado para atuar junto à comunidade escolar, sobretudo, com os estudantes da rede estadual de educação.

Palavras-chave: educação, movimento estudantil, serviço social.

Abstract: The Student Occupation Movement advanced in the State of Rio de Janeiro in 2016. Throughout the process, the students' demands were incorporating other aspects, specific demands of each school community and the State Educational Policy, articulated to more general questions of the scenarios state and national levels. It is in this context that the social worker is called to work with the school community, above all, with the students of the state education network.

Keywords: education, student movement, social work.

1. INTRODUÇÃO: O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE EDUCAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Movimento Estudantil de Ocupação acometeu o Estado do Rio de Janeiro em 2016, com mais de 70 (setenta) unidades escolares ocupadas, com o lema: “ocupar resistir, lutar pra garantir”. O movimento teve o seu início em apoio à greve dos professores, que tinha por pauta a desvalorização profissional, o parcelamento de salários e a ameaça de não pagamento do 13º salário. Porém, ao longo do processo, as reivindicações foram incorporando aspectos particulares de cada comunidade escolar, tais como: defesa de uma gestão democrática e participativa, a insatisfação com as instalações e

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <brunaosagomes@gmail.com>

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

problemas de infraestrutura, a redução de investimentos devido à restrição orçamentária.

É importante considerar a complexidade desse quadro, que vai envolver demandas específicas de cada escola e da política estadual de educação, articulada a questões mais gerais, dos cenários estadual e nacional, como a crise política e financeira do Estado, o que nos remete a uma leitura mais ampliada desse processo.

No que se refere à Política de Educação, alguns pontos já constituem pauta de movimentos sociais ao longo da história de nosso país, como os baixos investimentos para a área, a precarização da profissão docente e demais profissionais da educação (qualificação, salário e condições de trabalho) e a própria lógica em que se vem se configurando a política³.

É preciso ponderar também que o movimento de ocupação está inserido em nossa sociedade e não está alheio ao movimento dela. Ele possui um histórico que ultrapassa o Estado do Rio de Janeiro e está articulado com tendências e movimentos que vão além das fronteiras nacionais. Porém, o que se pretende observar neste artigo é o que de particular encontramos nesse movimento histórico em nosso Estado.

A luta por melhores condições de vida e pela garantia de direitos é educativa porque relembra o quanto são relevantes as condições de sobrevivência na nossa constituição como seres humanos e sociais. Nesse contexto, a aproximação desses estudantes com movimentos sociais é

³ Conforme aponta Gohn (2011), ao lançarmos um olhar sobre a relação entre educação e movimentos sociais no Brasil, é possível encontrar alguns movimentos a partir da segunda metade do século XX, como, as Ligas Camponesas (1960), e a utilização do método Paulo Freire, além relação entre a educação escolar do ensino superior e os movimentos sociais. Já nos anos 1970, a relação nas Comunidades de Base da Igreja (CEBs), com a educação não formal, que naquela época também buscava formar politicamente seus participantes. As CEBs eram a porta de entrada nos movimentos sociais urbanos. Diante do regime político da época, que não permitia aos professores fazerem parte de sindicatos, estes participavam de movimentos de resistência em suas associações de classes. Outros movimentos questionaram diretamente o regime militar. Nos anos 1980, a relação educação e movimentos sociais se acentua, por meio de trabalhos de educação popular, lutas pelas Diretas Já, organização de propostas para a constituinte e a Constituição propriamente dita. Os anos 1990, por sua vez, mudaram a cena política, com o fim do regime militar e a ascensão de setores da oposição a cargos no poder. A autora sinaliza a aparecimento de novos atores, como as ONGs e outras entidades do terceiro setor. Muitos movimentos sociais desmobilizam-se e novas políticas públicas passam a pautar questões da cidadania e da participação. Políticas neoliberais ganham força, enquanto os sindicatos se enfraquecem. No âmbito da educação, uma nova é criada, Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e torna-se um dos alvos prediletos das reformas estatais.

evidente, trazendo reivindicações e questionamentos sobre como o contexto socioeconômico, a questão racial e as relações de gênero, por exemplo, são tratadas na escola e na sociedade.

Partindo do princípio de que o objetivo do processo educativo deve ter como centro o estudante, torna-se complexo e nem um pouco singular o entendimento do movimento de ocupação, assim como, as formas de lidar com ele, sem estigmatizar ou banalizar a ponto de percebê-lo apenas como uma ação isolada em busca de “atendimento de pautas” locais ou uma “farra de alunos desocupados”, como muitas vezes foi julgado.

Porém, as respostas direcionadas institucionalmente se mostraram pontuais e imediatistas. E é nesse momento que a atuação do Serviço Social tem destaque.

É importante esclarecer que a entrada dos assistentes sociais na política educacional do Estado do Rio de Janeiro é recente e ocorre a partir de uma tendência ao gerencialismo⁴ das políticas públicas. Em 2013, esse profissional é chamado, através de concurso público, para atuar no âmbito dos processos de gestão, participando na elaboração, implementação e execução de programas e projetos na área de recursos humanos, voltados, inicialmente, para os servidores dessa política.

Porém, ao longo do ano de 2016, diante do crescente número de unidades escolares ocupadas, a categoria é chamada a atuar, em conjunto com psicólogos e docentes, com os sujeitos sociais que compunham tais comunidades escolares⁵. Tal experiência profissional revela-se como a primeira oportunidade de atuação destes profissionais com movimentos sociais ligados à educação, gerando um alargamento dos sujeitos com quem o Serviço Social faz interlocução.

⁴ De acordo com Souza Filho (2006), a lógica do gerencialismo não considera a distinção existente entre a administração destinada a fins públicos – administração pública – e aquela destinada a fins lucrativos – administração empresarial. Desta forma, segundo o autor “o que ocorre efetivamente é o desenvolvimento da administração pública sobre as bases da administração empresarial”.

⁵ Estudantes da rede estadual, federal e universitários, professores, diretores, funcionários administrativos, merendeiros, inspetores de alunos, responsáveis de alunos, movimentos sociais e sindicatos, instituições do judiciário, jornalistas e diferentes mídia nacionais e internacionais, associações de moradores, instituições não governamentais, entre outras presentes no território em que a escola está inserida.

Este breve levantamento de apreensões demonstra a complexidade que perpassa o debate sobre o movimento estudantil de ocupação no Estado do Rio de Janeiro. A reflexão aqui empreendida busca desvelar também a atuação do assistente social nesse contexto e identificar as particularidades que essas experiências indicam, tanto na busca de qualificação do trabalho realizado junto a movimentos estudantis, como para o desenvolvimento de outras possibilidades de atuação, considerando os desafios que elas apontam para a profissão.

2. A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS COMO ESTRATÉGIA DE AÇÃO/INTERVENÇÃO

O ano de 2016 ficou marcado na rede estadual de educação do Rio de Janeiro como o ano em que a rede vivenciou ocupações dos espaços escolares sob a gestão dos estudantes. No entanto, é válido lembrar que esse movimento não está alheio ao movimento da sociedade e está articulado com tendências e movimentos nacionais e internacionais.

É preciso relacioná-lo ao conjunto de reivindicações populares urbanas que tem surgido em várias partes do mundo, em particular, as que privilegiam o espaço público e que entendem a ocupação como uma forma de reivindicação do processo de gestão deste espaço.

Iniciamos esta discussão demarcando o nosso entendimento sobre movimentos sociais como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2008). Tais ações podem adotar diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas etc.) até as pressões indiretas.

Conforme defende Durigheto (2013), entendemos as lutas sociais como um desdobramento sociopolítico, no campo da sociedade civil, das contradições do desenvolvimento capitalista que se materializam na chamada questão social. Assim, os movimentos e as organizações das classes

subalternizadas expressam os interesses, as necessidades, o inconformismo e as lutas relativas ao combate ou à erradicação das diferentes expressões da questão social no campo da sociedade civil. (DURIGHETO, 2013)

No que diz respeito à relação entre movimentos sociais e educação, Gohn (2011) situa que é preciso esboçar um quadro referencial mais amplo sobre a conjuntura que constitui o campo sociopolítico e econômico no qual ocorrem os movimentos. Assim, para a autora, a compreensão de algumas características básicas da conjuntura atual e no campo do associativismo é fundamental.

Ela destaca a existência de um novo cenário neste milênio, com novos tipos de movimentos, demandas, identidades e repertórios. A proliferação de movimentos multi e pluriclassistas e de movimentos que ultrapassam fronteiras nacionais é exemplo disso. Por outro lado, emergem com força movimentos com demandas seculares como a terra, seja para produzir, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou para viver (indígenas). Movimentos identitários, que lutam por questões étnicas, culturais, religiosas, de nacionalidades, também merecem destaque.

A autora ressalta ainda a conjuntura econômica e política que tem papel fundamental para explicar o cenário associativista atual. Segundo ela, as políticas neoliberais desorganizaram os antigos movimentos e propiciaram arranjos para o surgimento de novos atores, organizados em ONGs, associações e organizações do terceiro setor.

As reformas neoliberais deslocaram, ainda,

[...] as tensões para o plano cotidiano, gerando violência, diminuição de oportunidades no mundo do trabalho formal, formas precárias de emprego, constrangimento dos direitos dos indivíduos, cobrança sobre seus deveres em nome de um ativismo formal etc. (GOHN, 2011, p.344)

Assim, conforme aponta Gohn (2014), o campo temático das lutas e protestos contemporâneos destaca o plano macroeconômico, mas focaliza o capital financeiro, contesta os resultados da política econômica no dia a dia do cidadão e a financeirização como norma reguladora da vida.

Em geral, os sujeitos políticos que suscitam tais ações coletivas é composto, nas palavras de Gohn (2014), “*do novo proletariado do setor informal, trabalhando em empregos terceirizados, flexibilizados e sem garantias legais*”, em sua maioria jovem, historicamente excluídos das arenas de participação. Suas ações consolidam-se por meio das redes sociais, através de campanhas de comunicação e mobilização, utilizando-se das mais diversas mídias móveis, registrando e dando visibilidade instantânea às ações desenvolvidas. Assim, o movimento, ultrapassa a rede social e se concretizam nas ruas, praças e espaços públicos. (GOHN, 2014)

Outra característica comum a estes movimentos, além da indignação e desencanto com a política, é a recusa a articulações que têm nos espaços institucionais seu campo privilegiado de atuação tais como os sindicatos e partidos políticos.

Para exemplificar tais movimentos, Gohn (2014) registra um conjunto de protestos que eclodiram no ano de 2011, conhecido como a Primavera Árabe. O movimento teve início na Tunísia e depois se estendeu para o Egito, Líbia, Iêmen, Síria, Líbia, entre outros. A mobilização demandava democracia e liberdade de expressão em países do Oriente Médio e no norte da África, assumindo características de revolução democrática e tendo como consequência a queda de ditadores.

Enquanto a busca pela liberdade foi a força propulsora das revoltas árabes, na Europa a força adveio da situação socioeconômica. As manifestações espalham-se pelo continente europeu entre 2011 e 2012, em especial na Espanha e na Grécia, onde as ocupações de praças públicas decorrem de insatisfações com as reformas econômicas implantadas pelo governo e que acabaram elevando ainda mais os índices de desemprego.

Tais movimentos têm repercussão mundial. Revitalizam-se no Chile, com a luta pela gratuidade da educação e chega aos Estados Unidos com o “Occupy Wall Street”, em 2011, e à Alemanha com o “Occupy Frankfurt” no mesmo ano.

Inicialmente os manifestantes do “Occupy Wall Street” tinham vários slogans. Porém, o que mais mobilizou a população foi a crítica ao capitalismo financeiro e aos poderes desmedidos de seus agentes. Seguindo o exemplo

do movimento norte-americano “Occupy Wall Street” e dos indignados em Espanha, o “Occupy Frankfurt”⁶ tinha pauta contra o sistema financeiro internacional e os bancos, que colocam os lucros à frente dos interesses dos seres humanos - conforme a fala de seus representantes.

No Brasil, uma série de marchas, atos e manifestações despontam, em meados de 2011, contra a corrupção, por direitos indenitários, por pautas relativas a sexo, raça/ etnia e contra o preconceito, por políticas e benefícios públicos⁷. Até que, em 2013, surgem as Jornadas de Junho, em São Paulo, que apresentam como principal agenda a luta pela qualidade dos serviços de transporte públicos, revelam-se ainda as insatisfações com a qualidade das políticas de saúde e educação, a desigualdade social e a concentração de renda, provocando o que Piñeda (2013) configurou como a “primavera latino-americana”.

Centrando no foco deste estudo - a relação movimento social e educação - observa-se, a partir de 2015, que são os estudantes que protagonizam os movimentos de ocupação, constituindo a primavera secundarista no Brasil (GIMENES, 2016). As manifestações iniciam-se em São Paulo em contraposição a reorganização da rede de ensino estadual e a reforma dos ciclos propostas pelo governo. Posteriormente, questionando a qualidade da merenda oferecida nas escolas técnicas de São Paulo, ao mesmo tempo em que divulgam informações sobre possíveis episódios de desvio de verba que seriam destinadas a compra de alimentos. Nesta ação coletiva, os estudantes ocuparam a Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) na intenção de pressionar os deputados para abertura de Comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigação.

É importante ressaltar que a estratégia de ação dos estudantes de São Paulo inspira-se nos movimentos secundaristas da Argentina e do Chile e de estudantes do Mato Grosso do Sul. O manual produzido na Argentina e Chile “Cómo ocupar un Colegio”, traduzido em 2013 por um grupo de estudantes

⁶ Diferente das experiências citadas anteriormente, na Alemanha, havia amparo legal para a realização de protestos e a autorização para realizá-lo foi pedida antes mesmo de acontecer.

⁷ Entre elas podemos citar a Marcha da Liberdade no Brasil e a Marcha contra a corrupção. Além das versões nacionais do movimento “Occupy Wall Street”, como o “Ocupa Rio” e o “Ocupa Porto Alegre”.

vinculados ao coletivo “O Mal Educado”, torna-se um dos instrumentos que auxilia os estudantes no planejamento e organização das ocupações das unidades escolares da rede estadual de ensino de São Paulo (GIMENES, 2016).

Assim como ressaltou Gohn, observa-se, como características dos estudantes que desenvolvem a ação em São Paulo, o protagonismo de jovens mulheres, LGBTTTs, além do empenho em dar visibilidade à pauta dos movimentos sociais ligados a esses grupos.

Outro ponto relevante sobre todo esse processo são as represálias direcionadas a esses estudantes e professores apoiadores. As ocupações foram reprimidas pela política, numa perspectiva de criminalização do movimento. Entretanto, as intervenções policiais geraram ainda mais revolta, aumentando as mobilizações..

Após a resistência dos secundaristas, que ocuparam mais de 200 (duzentas) escolas até o final de 2015, o Governo Paulista retrocedeu, concordando em abrir o diálogo com os estudantes antes de tomar a decisão sobre as mudanças na rede de ensino. Guiados pela mesma inclinação, grupos estudantes pelo Brasil não só ocupam suas escolas e universidades, mas também foram à Brasília para protestar contra a votação da PEC 55 no Senado Federal.

Já no Rio de Janeiro, em março de 2016, estudantes do Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes ocupam a primeira escola no estado, inaugurando, assim, o movimento que já se “espalhava” por outras cercanias.

As ocupações atingem rapidamente 79 (setenta e nove) escolas estaduais naquele ano, tendo como pautas um conjunto de problematizações acerca das condições da educação pública no estado do Rio de Janeiro, aliado a questões relacionadas à conjuntura política, econômica e social da sociedade fluminense: a crise financeira do estado que apresenta rebatimentos na redução de investimentos no campo da educação, nas condições das instalações das unidades escolares e da vida dos servidores da educação, que convivem com atrasos de salários e ameaças de falta de pagamento, trazendo novos elementos ao processo de desvalorização do profissional da educação.

Além disso, no hall das reivindicações deste movimento, aparece o estabelecimento de espaços de diálogo e escuta dos estudantes e das identidades que os representam. Exigem a abertura da gestão de tendência gerencialista da unidade escolar e a democratização do espaço da escola, com participação de todos os sujeitos sociais presentes naquela comunidade.

Diante do exposto, observa-se que a relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais e podem ocorrer de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. Nessa perspectiva, os movimentos sociais convertem-se em fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. (GOHN, 2011)

Assim, cabe-nos reconhecer no movimento de ocupação de unidades escolares, protagonizado por estudantes, um processo de ressignificação das relações até então estabelecidas nas unidades escolares, uma experiência instituinte no campo educacional, visto o reconhecimento de sua potência criadora e de ressignificação da experiência escolar. (LINHARES, 2001)

3. O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

A entrada do Serviço Social na política educacional do Estado do Rio de Janeiro se deu a partir da tendência ao gerencialismo, para atuação na área de recursos humanos⁸. Assim, o foco de atuação não seria junto aos alunos, mas na gestão e execução de projetos voltados para servidores. Porém, diante do crescente número de unidades escolares ocupadas, em 2016, esses

⁸ O concurso público para a recém-criada carreira executiva foi realizado em 2012 e em maio de 2013, dezoito técnicos foram convocados para o cargo de Analista Executivo - Perfil 4 / Serviço Social. A entrada desses profissionais se deu em concomitância com a de outros servidores de nível médio (assistentes executivos) e de nível superior (analistas executivos, dos demais perfis – 1, 2 e 3), num contexto de criação de uma nova carreira no executivo público. Essa carreira foi criada como consequência de uma primeira inserção de gestores públicos, cujo primeiro concurso foi realizado em 2010.

profissionais são chamados a atuar junto a estudantes e movimentos sociais ligados à educação.

Inicialmente, os assistentes sociais, analistas oriundos da recém-criada carreira executiva, estavam divididos entre a Assessoria Técnica de Saúde e Bem Estar (ASBE)⁹ e a Diretoria de Desenvolvimento e Formação¹⁰, ambas vinculadas à Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas (SUPDP), que, por sua vez, é subordinada à Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SUBGP). Nas duas áreas, atuavam em equipes multiprofissionais formadas por servidores da carreira do magistério e da carreira executiva, com formação em Psicologia¹¹.

Com a saída do Secretário Wilson Risolia, em 2015, e a entrada do Secretário Antônio Neto, a Secretaria passa por um processo de reestruturação e a Assessoria de Saúde e Bem-Estar é incorporada à Diretoria de Desenvolvimento e Formação.

A gestão do Secretário Antônio Neto foi marcada por um contexto de greve de professores e surgimento do movimento estudantil de ocupação das escolas estaduais em 2016, chegando à sede da Secretaria¹². A pressão sobre

⁹ A ASBE desenvolvia um trabalho voltado para a promoção de uma política de prevenção à saúde e à segurança no trabalho, visando implantar uma “cultura organizacional” nessa área e contribuindo para a construção de ambientes “integrados e harmoniosos” - como define a Secretaria. (SEEDUC, 2016) Entre as ações desenvolvidas pelo Serviço Social, destacam-se projetos voltados para a saúde do trabalhador, a assessoria às equipes das Unidades Escolares no atendimento às diferentes demandas sociais, principalmente no que se refere à promoção da articulação com as políticas e a rede de serviços do território e no encaminhamento de situações de conflito e violência no ambiente escolar. Os profissionais de Serviço Social e Psicologia lotados na ASBE foram lotados na sede da Secretaria e em 14 das 15 Diretorias Regionais, que funcionam como instâncias regionalizadas da Secretaria, oferecendo atendimento descentralizado.

¹⁰ Na Diretoria de Desenvolvimento e Formação, a contribuição do Serviço Social estava no planejamento e acompanhamento de cursos, projetos e programas de capacitação profissional e na elaboração de materiais/ conteúdos relacionados à função social da escola, políticas e direitos sociais. De um total de 18 (dezoito), duas assistentes sociais foram direcionadas para a área de formação. A experiência da autora esteve voltada desde o início para essa área.

¹¹ A inserção de novos atores da carreira executiva na política de educação do estado - assistentes, analistas executivos e gestores públicos - ocorre concomitantemente com o desligamento de trabalhadores terceirizados e com a diminuição da presença de professores na gestão da Secretaria, o que significa o afastamento de servidores da carreira do magistério, que recebiam gratificação para ocupar cargos administrativos e de gestão na sede e nas Diretorias Regionais.

¹² Aproximadamente 50 (cinquenta) estudantes de escolas ocupadas, universidades e representantes de movimentos sociais decidiram após reunião com o comando de ocupações, ocupar a sede da SEEDUC em maio de 2015, para pressionar pela criação de um calendário de negociação, visando o debate de pautas gerais e específicas das escolas ocupadas.

o Secretário era grande, especialmente por este ser professor da rede. A maior crítica a sua gestão era justamente a falta de habilidade para conduzir as negociações tanto com os profissionais de educação em greve, quanto com os estudantes que ocupavam as escolas. Neto é exonerado e o Secretário que o sucede é Wagner Victor.

Em meio à transição das gestões, instituições do poder judiciário estadual - Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público (MPRJ) - firmam seis acordos com a SEEDUC/RJ em atendimento às reivindicações apresentadas pelos estudantes que participam do movimento de ocupação das escolas estaduais.

Foram realizados encontros temáticos que resultaram em medidas a serem adotadas pela Secretaria para questões referentes às principais pautas levantadas pelo movimento. Como possui valor de título executivo, que equivale à determinação judicial, cada Termo de Compromisso assinando ao final dessas reuniões, se descumpridos, poderiam ser levados ao poder judiciário para a adoção das penalidades cabíveis.

A partir daí se inicia o trabalho de mediação de conflitos desenvolvido em unidades escolares ocupadas pelas instituições do poder judiciário, com equipes formadas por mediadores dos quadros do Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. A atividade dessas equipes advém de uma determinação judicial, no intuito de iniciar uma negociação com estudantes em escolas que ainda estavam ocupadas e na sede da Secretaria de Estado de Educação.

Identificada a baixa capacidade de entendimento entre os sujeitos envolvidos, representantes da SEEDUC/RJ e estudantes, a mediação de conflito foi considerada como alternativa para minimizar a polarização e o acirramento das tensões já existentes, possibilitando que ambas as partes fossem ouvidas, e conseqüentemente o melhor entendimento das intenções e impossibilidades de cada um dos lados.

A proposta visava, então, manter abertos os canais de comunicação entre os envolvidos, além de evitar a judicialização da questão, como uma ação de reintegração de posse dos prédios ocupados.

Apesar de serem inicialmente entendidas como mediação de conflitos, algumas dessas ações foram definidas posteriormente por essas mesmas instâncias como estratégias de “gestão de crise”, uma atividade que visava minimizar ou, se possível, eliminar os impactos negativos decorrentes desse processo para que a comunidade escolar.

Assistentes sociais, em conjunto com psicólogos e docentes da SEEDUC/RJ, aturam em todo esse processo, visitando escolas ocupadas e interagindo com os sujeitos sociais que compunham tais comunidades escolares. Essas equipes atuaram também junto a essas instituições do judiciário representando a Secretaria em encontros promovidos por elas.

Nesse contexto, é criada uma nova coordenação, vinculada à SUPDP, formada por uma equipe multiprofissional composta por profissionais de Serviço Social, Psicologia e professores¹³, o mesmo grupo que já estava acompanhando as ações da Secretaria durante as ocupações.

A criação desta coordenação representa uma resposta e uma expectativa da Secretaria em promover uma aproximação com esses sujeitos políticos. Assim, entre as ações desenvolvidas por esta área estão a realização de visitas e o acompanhamento das unidades escolares que passaram por movimento estudantil de ocupação, no intuito de identificar e compreender a dinâmica e as demandas do movimento estudantil. A coordenação desenvolvia ainda projetos relacionados à violência no ambiente escolar e à promoção do diálogo, além de ações voltadas para a articulação da política de educação com as demais políticas públicas.

A realização das visitas às unidades escolares ocupadas, além de atender às exigências da dinâmica da instituição, se articula a um esforço maior de pensar a atuação do Serviço social junto a experiências educacionais instituintes, resistentes às práticas políticas e pedagógicas hegemônicas. O desafio, porém, está em desenvolver uma intervenção crítica e emancipadora num contexto em que se prega a lógica gerencialista e produtivista da educação, própria da ideologia neoliberal.

¹³ Três profissionais com formação em Serviço Social e 2 (dois) em Psicologia atuam nessa Coordenação, e estão lotados na sede da Secretaria. Os demais atuam em instâncias regionais e estão vinculados à Coordenação Regional de Gestão de Pessoas.

Conforme a Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social e o Código de Ética Profissional, 1993, e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 1996, há um compromisso da categoria profissional com a defesa dos direitos humanos, os interesses da classe trabalhadora, suas organizações e movimentos sociais¹⁴.

Assim, o compromisso histórico do Serviço Social com os movimentos sociais visa contribuir com os diferentes grupos sociais que lutam por condições de vida e trabalho, articulando forças com os aqueles que sofrem opressões econômicas, de classe, gênero, de orientação sexual, entre outras, na defesa intransigente dos direitos humanos.

Não podemos desconsiderar, no entanto, que o trabalho que assistentes sociais realizam junto aos estudantes inseridos no movimento de ocupação não é resultado apenas do reconhecimento ou da vontade deles. Este trabalho constitui-se numa demanda institucional. Trata-se de uma determinação que tem a ver com a necessidade de uma atuação sobre o movimento no sentido de estabelecer determinado controle.

Cabe lembrar também que ao longo de sua história, o Serviço Social desempenha funções no âmbito dos processos de controle social dos modos de reprodução material e imaterial da força de trabalho. Diante disso, é importante entender que esse fazer profissional no quadro da Secretaria em tela compõe uma arena de expressão e escamoteamento dos conflitos sociais no intuito de sustentar relações de dominação.

Como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, o Serviço Social atua em condições sócio-ocupacionais que colocam limites objetivos ao exercício profissional. No entanto, essas condições, como nos lembram Santa'ana e Silva (2013), não devem ser entendidas como absolutas, justificando posturas passivas, apáticas, acríticas, padronizadoras, reduzidas à reprodução da ordem.

¹⁴ A ação junto aos movimentos sociais é explicitada na Lei de Regulamentação da Profissão, que prevê como competência do assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (Lei n. 8.662, 1993, art. 4º, parágrafo IX) e no Código de Ética, que define como direito do profissional “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (Código de Ética do Assistente Social, 1993, art.12, alínea b).

Não defendemos que a categoria deva se adequar passivamente à perspectiva institucional, nem que invistam num “militantismo” ingênuo. Acreditamos que o Serviço Social possui um papel ativo na construção da realidade, mesmo que limitado pelas condições materiais impostas por ela. Portanto, “fazemos história não apenas da maneira que desejamos, mas como podemos fazê-la, em meio às múltiplas contradições” (SANT’ANA & SILVA, 2013).

O aporte teórico-metodológico e ético-político são elementos que nos trazem possibilidades de um exercício crítico que favoreça a construção de alternativas pertinentes e possíveis. Isso não significa que o assistente social vá superar os limites institucionais e profissionais e viabilizar a própria emancipação social e das pessoas com as quais trabalha, exclusivamente por meio da sua ação profissional. Mas podemos sim contribuir com o fortalecimento e a conscientização desses sujeitos.

Nessa perspectiva, no âmbito da política estadual de educação do Rio de Janeiro, a contribuição do Serviço Social junto ao movimento de ocupação pode representar atividades que vão de encontro à lógica racionalista, fragmentadora e individualizante instituída, já que, ao invés de reforçar práticas cerceadoras ou culpabilizadoras, pode estimular a participação e a leitura crítica da realidade e a superação de posturas baseadas em concepções superficiais e idealizadas. Tal aproximação contribui ainda para o entendimento e incorporação de debates, possibilitando ao assistente social captar o cotidiano desses sujeitos, refletir com os mesmos sobre sua realidade e os saberes produzidos pelo próprio movimento, pelos ativistas no coletivo.

Assim, inserção no cotidiano desses movimentos e resistências abre possibilidades de compreender as mediações por meio das quais se expressa a questão social, e possibilita apreender as expressões que ela assume na vida dos sujeitos, a fim de fortalecer suas formas de resistência, mobilização e luta já existentes ou ainda ocultas.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme aponta Gohn (2011), vivemos um novo momento na trajetória do associativismo, sobretudo com o protagonismo de jovens estudantes. Tais mudanças suscitam ações que produzem relevantes impactos na política educacional e vêm conformando as bases institucionais e sócio-ocupacionais que motivaram a ampliação dos horizontes da atuação dos assistentes sociais da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.

Nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, o movimento de ocupação se estabelece como uma forma de protesto frente aos cortes no orçamento da educação, contra a precarização da escola pública, em apoio à greve dos professores, além das pautas específicas de cada comunidade escolar. As ocupações também dão visibilidade e defendem bandeiras relativas a questões raciais, de gênero, de orientação sexual, entre outras.

O movimento se espelha em manifestações iniciadas ao redor do mundo, onde a indignação com o sistema socioeconômico e político ganha centralidade nas ações dos jovens e suscita expressões e ações, visando assegurar direitos e/ou mudanças.

Nessa perspectiva, ainda que a atuação do Serviço Social da SEEDUC/RJ junto aos representantes destes movimentos se constitua numa demanda institucional, visando o controle, a promoção do diálogo e a troca com os estudantes ocupantes convertem-se em ações extremamente relevantes, diante do compromisso da categoria com a defesa dos direitos humanos, os interesses da classe trabalhadora, suas organizações e movimentos sociais.

Mesmo com os limites impostos, as diferentes expectativas e as contradições a que estão sujeitos, estes profissionais poderão pensar formas de atuação que impulsionem ações participativas, alinhadas com a conscientização e defesa de direitos e articuladas com a luta por uma educação pública de qualidade.

A partir das prospecções deste estudo, esperamos que, além da contribuição teórica no que se refere ao adensamento do debate sobre o movimento estudantil de ocupação e o trabalho do assistente social nesse processo, este artigo possa colaborar com os profissionais tanto na busca de reflexão e qualificação de seu trabalho, como para o desenvolvimento de outras possibilidades de atuação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T.; RODRIGUES, M. O campo da educação na formação profissional do Serviço Social. In: _____. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lúmem Juris, 2013.

BRITO, J. C. et al. **Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho em Escolas**. 2ª Fase: Formação de Multiplicadores. Momento I – Cursos, 5ª versão, 2001b. (Mimeo).

GRESS-RJ – Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social** – os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: GRESS, 2013.

_____. **Assistente social: ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções**. Volume I. 5. ed. Rio de Janeiro: GRESS, 2008.

DURIGUETTO, Ma. L. **Questão social, sociedade civil e lutas sociais: desafios ao Serviço Social**. Revista Conexão Geraes do GRESS-MG nº 4/2013.

FIDELIS, S; SALLIS, F. **Estado, mercado e escola, na década de 90, no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.21, p. 171 - 179, mar. 2006.

FREITAS, M. V. **Entrevista: "Ocupar é dizer 'eu ocupo porque também é meu'"**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ocupar-e-dizer-eu-ocupo-porque-tambem-e-meu>>. Acesso em 17 nov 2016.

FRIGOTTO, G. In Revista Em Foco. GRESS/RJ e UERJ – Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social. Rio de Janeiro, 2006 (p. 17-26)

_____. **Qualidade e Quantidade da Educação básica no Brasil: Concepções e materialidade**. Rio de Janeiro: Texto impresso. 2012.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. **Educação Profissional e Desenvolvimento**. In: UNESCO. Internacionl Handbook of Education for Changing World of Work. Bom, Germany, UNIVOC, 2009. p. 1 307-1319. - Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional, com o patrocínio da UNESCO. Berlim, 2005.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T.;

GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996.

GIMENES, C. I. **Ocupar e resistir: entre o político e o pedagógico nas escolas ocupadas**. Disponível em:

<<https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/02/ocupar-e-resistir-entre-o-politico-e-o-pedagogico-nas-escolas-ocupadas/>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**.

Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais**: questões da nossa época. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 47 v.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LINHARES, C. O sonho não acabou: movimentos instituintes na educação brasileira. In: CARNEIRO, W. et al. (Orgs.). **Movimentos instituintes em educação**: políticas e práticas. Niterói: Intertexto, 2010.

MELUCCI, Alberto. Movimentos Sociais, Renovação Cultural e o Papel do Conhecimento. **Lua Nova**, Cedec, São Paulo, n. 17, p.49-66, jun. 1994.

O MAL EDUCADO. **Como ocupar um colégio?**

<https://gremiolivre.wordpress.com/>. Acesso em 18 nov 2016.

SANT'ANA, R.; SILVA, J. F. O método na teoria social de Marx: e o Serviço Social? **Temporalis**, Brasília, 2013.

SOUZA FILHO, R. de. **Gestão Pública e Democracia**: a burocracia em questão. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

_____. **Estado, burocracia e patrimonialismo no desenvolvimento da administração pública brasileira**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, M. A. **Educadores e educandos**: tempos históricos. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 4. ed. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/Rede e-Tec Brasil, 2012.

TAVARES, L. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas -retrocessos, recorrências e avanços. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, 2010.

VIEIRA, L. **Os movimentos sociais e o espaço autônomo do “Político”**: o resgate de um conceito a partir de Rousseau e Carl Schmitt. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, (col. Filosofia – 167).